



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 2º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: 2022-7103 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.006825/2020-95

DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. OBJETO

1.1. Aquisição de álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado em frasco com 500 ml , válvula tipo "pump", com bico dosador e dispositivo anti-entupimento e vazamento, conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	380018	ML	600
2	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado em frasco com 1.000 ml , válvula tipo "pump", com bico dosador e dispositivo anti-entupimento e vazamento, conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	380018	ML	200
3	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado refil com 800 ml , compatível com dispenser da marca Premisse, linha "Clean Velox", conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	380018	ML	100

1.2. O contrato será substituído pela Nota de Empenho.

1.3. São partes integrantes deste Projeto Básico:

- Encarte "A" – Modelo de Proposta de Preços;
- Encarte "B" – Modelo Termo de Recebimento Provisório; e
- Encarte "C" – Modelo Termo de Recebimento Definitivo.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Recentemente foi decretada a Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), além disso, aproxima-se a época de maior incidência de outras infecções virais, como H1N1, H3N2 e influenza B.

2.2. A Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu uma orientação sobre a eficácia da utilização de álcool gel como medida preventiva e mitigatória ao Covid-19, tanto nos setores da saúde quanto para a comunidade em geral (Fonte: Agência Brasil).

2.3. Nesse sentido, com o objetivo de prevenir infecções virais, torna-se necessária a aquisição de álcool em gel, para uso nas dependências deste Ministério, pelos servidores, terceirizados e visitantes, conforme solicitação constante do Ofício nº 35/2020/CAMS/CGGP/SAA-MEC (1935586).

2.4. Ressalta-se que o produto não existe em estoque no Almoxarifado Central do MEC e nem é disponibilizado pelo Almoxarifado virtual.

2.5. A Aquisição de que trata o objeto deste Projeto Básico será realizada por meio de Dispensa de Licitação em razão do valor, com amparo legal no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

2.6. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço por item.

2.7. O preço deverá considerar todos os custos diretos e indiretos, (taxas, impostos, fretes, etc.).

2.8. As empresas deverão apresentar Planilha devidamente preenchida, conforme modelo Encarte "A".

2.9. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O objeto deste Projeto Básico é de natureza "bens comuns" nos termos do parágrafo único, art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

4.2. As entregas dos bens adquiridos devem ser realizadas diretamente no Almoxarifado Central do Ministério da Educação, no horário das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas, de acordo com as especificações e demais condições estipuladas na proposta comercial e neste Projeto Básico, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo I – Subsolo, Almoxarifado Central, Brasília-DF, CEP 70047-900 – telefone 2022-7112/7113/7055.

4.3. O prazo de validade dos produtos na data da entrega não poderá ter ultrapassado 1/3 do prazo total recomendado pelo fabricante.

- 4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo Almoxarifado Central do MEC, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.
- 4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação do MEC, às custas do Fornecedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 1(um) dia, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do fornecedor pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da presente aquisição.

5. OBRIGAÇÕES MEC

5.1. São obrigações do MEC

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar ao Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor;
- 5.1.5. efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 6.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar ao MEC, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do objeto deste Projeto Básico, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na apresentação da proposta;
- 6.1.6. cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do presente Projeto Básico.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o MEC atestar a execução do objeto deste Projeto Básico.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o MEC.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Antes do pagamento ao Fornecedor, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MEC.

9.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o MEC deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.10. Persistindo a irregularidade, o MEC deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Fornecedor a ampla defesa.

9.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.13. O Fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo MEC, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(\frac{6}{100})$	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irredutíveis

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Com fundamento na Portaria MEC nº 120/2016, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e demais cominações legais o Fornecedor que:

- apresentar documentação falsa;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- falhar ou fraudar na execução do do objeto;
- deixar de entregar a documentação exigida no Projeto Básico;
- não manter a proposta e não retirar a nota de empenho;
- comportar-se de modo inidôneo;
- fizer declaração falsa;

- cometer fraude fiscal; ou
- incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Projeto Básico, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

12.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o Fornecedor deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico e das demais cominações legais.

12.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação à empresa.

12.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao Fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- advertência;
- multa de:
 - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
 - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do MEC, quando o atraso ultrapassar trinta dias;
 - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;
 - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em retirar a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).
- As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

12.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente da presente aquisição correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o MEC no exercício de 2020, no Programa de Trabalho/PTRES determinado pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MEC, que serão empenhadas, nos termos da lei, Elemento de Despesa 33.90.30.

14. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. A aquisição objeto desta contratação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil da Presidência da República, no que couber;

14.2. O Fornecedor deverá observar, no que couber:

I - O art. 6º da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

II -que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

III -que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

14.3. Cumprir, no que couber, as exigências do inciso XI, art. 7º da Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico poderão ser esclarecidas pelo endereço eletrônico **dicorp@mec.gov.br**, subsidiadas pela área técnica.



Documento assinado eletronicamente por **Waleska Resende Gonçalves, Coordenador(a)**, em 11/03/2020, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Maciel Damasceno, Coordenador(a) Geral**, em 11/03/2020, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1947785** e o código CRC **055E63F2**.

Encarte "A"

Modelo de proposta de preços

Nome da empresa:

CNPJ:

Responsável pela empresa:

E-mail:

Telefone comercial:

Celular:

Endereço da empresa:

OBJETO: Aquisição de álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado em frasco com 500 ml , válvula tipo "pump", com bico dosador e dispositivo anti-entupimento e vazamento, conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	ML	600		
2	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado em frasco com 1.000 ml , válvula tipo "pump", com bico dosador e dispositivo anti-entupimento e vazamento, conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	ML	200		
3	álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, com hidratante, acondicionado refil com 800 ml , compatível com dispenser da marca Premisse, linha "Clean Velox ", conforme RDC/ANVISA N. 199/2006.	ML	100		
Valor Total					

Obs.:

1. Nos valores acima estão compreendidos além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no edital e seus anexos.
2. Declaramos estar de acordo com todas as condições estipuladas no Projeto Básico e seus anexos.
3. Conforme súmula TCU 254/2010 o IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, não devem constar da composição de preços.

Local: _____, _____ de _____ de 20 ____.

Validade da proposta: ____/____/____ Data da Proposta: ____/____/____

Assinatura do responsável legal pela empresa
Carimbo (ou dados de identificação)

Encarte "B"

Termo de Recebimento Provisório

OBJETO: Aquisição de álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

Nos termos Cotação Eletrônica nº/20___ , Processo n.º 23000. /20___ , Nota de Empenho n.º, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/20___ , emitimos o presente Termo de Recebimento Provisório discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas neste Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa

Encarte "C" –

Termo de Recebimento Definitivo

OBJETO: Aquisição de álcool etílico gel 70 %, antisséptico e higienizante para as mãos, conforme os termos e especificações constantes deste Projeto Básico e seus anexos.

Nos termos da Cotação Eletrônica nº, Processo n.º 23000. /20___ -, Nota de Empenho n.º, Ordem de Fornecimento nº e da Portaria de Fiscalização nº/20___ , emitimos o presente Termo de Recebimento Definitivo discriminados na supracitada nota de empenho e demais especificações contidas neste Projeto Básico, com cópia anexa a este Termo, rubricada pelos abaixo assinados.

Brasília, de de 20___

Fiscais do Contrato

De acordo,

Representante da Empresa